

## Ministério da Justiça e Segurança Pública

## SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MJSP Nº 549, DE 9 DE JUNHO DE 2021

Autoriza a demolição da edificação térrea (casa), localizada na Avenida França nº 1.203, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, registrada sob a matrícula de número 85037 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS, que integra um conjunto de edificações cadastradas sob o RIP nº 8801 00284.500-0.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XLVII do art. 1º da Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020, alterada pela Portaria MJSP nº 230, de 28 de maio de 2021, tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 08430.007507/2020-98, e considerando os riscos de ruína, de incêndio e condições precárias de manutenção da edificação térrea (casa), em madeira, medindo cerca de 144,00 m², localizada na Avenida França nº 1.203, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, registrada sob a matrícula de número 85037 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a demolição da edificação térrea (casa), localizada na Avenida França nº 1.203, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, registrada sob a matrícula de número 85037 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS, que integra um conjunto de edificações cadastradas sob o RIP nº 8801 00284.500-0.

Art. 2º Concluída a demolição de que trata o art. 1º, caberá à Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul adotar as providências indispensáveis à modificação do registro no SPIUNET.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA

## DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 472ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2021

No dia seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se ordinariamente por meio de videoconferência. Participaram: o Presidente, Conselheiro Márcio Schiefler Fontes, e os seguintes membros: Conselheiros Antônio Suxberger; Diego Mantovaneli do Monte; Davi Márcio Prado Silva; Elaine Bianchi; Gustavo Emelau Marchiori; Jocemara Rodrigues; Juliana Zappalá Porcaro Bisol; Leandro Lima; Márgino Alves; Salise Monteiro Sanhotene; Ulysses Gonçalves Junior; Vanessa Luz; Wilson Salles Damazio. Convidados: Alessio Aldenucci; Paulo Sorci; Pery Shikida; e também: Dra. Tânia Fogaça, Diretora-Geral do DEPEN; Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dr. Márcio Nunes de Oliveira; Sr. Jeferson Furlan Nazário, Presidente Nacional; Sr. Odair Conceição, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas Especializadas na Prestação de Serviços em Presídios e em Unidades Socioeducativas - SEMPRES, O Presidente deu início à abertura da 472ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Com o uso da palavra, realizou as comunicações iniciais, e apresentou a ata da 471ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada pelo Plenário. Preliminarmente, propôs moção de solidariedade aos familiares das vítimas do crime que ocorreu na escola infantil Aquarela, localizada no município de Saudades, interior de Santa Catarina, aprovada por unanimidade pelo Plenário. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Secretário-Executivo do gabinete do Ministro Dr. Márcio Nunes, representante do excelentíssimo Ministro da Justiça, Dr. Anderson Torres, que em virtude de compromissos previamente agendados, não pôde comparecer à reunião. Com a palavra, Dr. Márcio Nunes, salientou que o Ministro tem realçado a importância da política penitenciária para o país, como um todo, em especial sobre a questão da segurança pública. Reafirmou o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a temática, colocando-o à disposição do Conselho para o avanço em todos os pontos debatidos. O Presidente agradeceu a presença e disponibilidade do Secretário-Executivo em participar da reunião. O Presidente registrou a última participação do Conselheiro Márgino Barbosa nas reuniões do Conselho, em virtude do encerramento do seu mandato. Após, a Diretora-Geral do DEPEN, Dra. Tânia Fogaça, fez uma breve saudação a todos, em especial ao Presidente, Conselheiro Márcio Schiefler, ao Secretário-executivo Dr. Márcio Nunes, bem como o Conselheiro Ulysses Gonçalves, pelo seu novo mandato como membro do Conselho. Antecipou que no decorrer da reunião fará apresentação acerca do Fundo Penitenciário Nacional, a convite do Presidente do Conselho. Por fim, agradeceu por mais uma participação na reunião do Conselho. O Conselheiro Ulysses Gonçalves agradeceu as palavras da Diretora-Geral do DEPEN, destacou que é seu terceiro mandato à frente do CNPCP, e observa com entusiasmo o empenho do DEPEN para com o Conselho. Destaca também sua satisfação pela presença do Secretário-Executivo do MJSP na reunião do Conselho, o que demonstra a cooperação entre os órgãos do Ministério da Justiça. O Conselheiro Gustavo Marchiori comunica que no último dia 29 de abril realizou-se a primeira reunião ordinária da comissão que trata dos sistemas de Cogestão, Privatização e Parceria Público-Privadas. Informou que as matérias foram distribuídas aos sub-relatores, como mencionado em reunião anterior. Informou que a próxima reunião está agendada para o mês de maio, e no decorrer dos andamentos dos trabalhos e reuniões realizadas pela comissão, as informações serão retransmitidas ao Conselho. O Conselheiro Leandro Lima cumprimentou a todos e relatou que esteve presente em evento na cidade de São Paulo, que contou com a participação do Ministro Dr. Anderson Torres, para entrega de equipamentos comprados e aprovados pelo DEPEN. Testemunhou fala do Ministro sobre a importância que se tem para o sistema integrado de segurança pública a resolução e enfrentamento da problemática dos sistemas prisionais. Ressaltou a importância do trabalho do DEPEN acerca da problemática. O Presidente registrou a participação conclusiva no Conselho do Conselheiro Márgino Alves, e ressaltou sua gestão vitoriosa à frente da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Por fim, enfatizou que o Conselheiro muito honrou o Conselho. Conselheiro Márgino Alves agradeceu as palavras do Presidente, Conselheiro Márcio Schiefler, e salientou que assumiu o propósito de participar efetivamente do Conselho. Ressaltou sua satisfação em ter tido apoio do DEPEN, dos Conselheiros e da secretaria do Conselho. Teceu elogios ao Presidente, Conselheiro Márcio Schiefler, e agradeceu a oportunidade que teve de participar do Conselho. O Presidente propôs moção de congratulações ao Conselheiro Márgino Alves, por suas contribuições relevantes, aprovada por unanimidade. A Diretora-Geral do DEPEN agradeceu ao Conselheiro Márgino Alves pelo excelente trabalho desenvolvido no Conselho. Ressaltou que o DEPEN segue sempre à disposição e deseja sucesso em suas novas missões. Seguindo para o próximo item de pauta, o Presidente passou a palavra à Conselheira Vanessa Luz, para apresentação do Fundo Penitenciário na visão do DEPEN. Com a palavra, a Conselheira Vanessa Luz apresentou de forma resumida, as fontes de arrecadação do FUNPEN; regras para aplicação dos recursos, onde destaca que o DEPEN só poderá fazer o repasse dos recursos para unidades da federação se estas atualizarem os seus dados no SINESP. Discorreu brevemente acerca da perda de receitas e fontes de arrecadação do FUNPEN; superávit financeiro das fontes de loterias, bem como demais fontes do FUNPEN. Por fim, apresentou as aplicações de recursos do FUNPEN e orçamento referente ao ano de 2021. O Presidente agradeceu a apresentação didática, que pode servir de ponto de partida para reflexões do Conselho, visto que o tema é relevante para o CNPCP. Aberto o tema para debate, o Conselheiro Paulo Sorci parabenizou o DEPEN pela iniciativa da apresentação e solicitou cópia dos slides apresentados. Indagou sobre a necessidade de participação definitiva do DEPEN com relação à permanência de presos em sistemas carcerários estaduais de outros estados. O Conselheiro Gustavo Marchiori parabenizou pela apresentação e manifestou preocupação em relação à queda de

arrecadação do fundo para investimentos no sistema prisional. Ressalta que o assunto é de extrema importância, e propõe auxílio ao DEPEN na melhoria dos recursos. Por fim, reforça ponto levantado pelo Conselheiro Paulo Sorci, quanto ao transporte de preso. O Conselheiro Ulysses Gonçalves cumprimenta a Conselheira Vanessa Luz pela exposição. Sugere formar grupo de estudos sobre a questão financeira e orçamentária do DEPEN, corroborando com o entendimento do Conselheiro Gustavo Marchiori. A Conselheira Salise Sanhotene, cumprimenta a Conselheira Vanessa Luz pela apresentação, salientando a importância da divulgação e conhecimento dos dados expostos. O Conselheiro Wilson Damazio parabenizou a Conselheira Vanessa Luz e a Diretora-Geral do DEPEN pela apresentação, e afirma que o problema de recursos do FUNPEN vem se perpetrando durante o tempo. Manifesta no sentido de que o problema do sistema prisional só será resolvido com a construção de novas unidades prisionais adequadas. Quanto à questão da transferência dos presos, informa que seria viável a retomada da operação retorno. O Conselheiro Davi Prado, reforça as intervenções feitas pelos Conselheiros anteriores. O Conselheiro Pery Shikida parabenizou pela apresentação e demonstrou preocupação com os dados e valores trazidos pela Conselheira Vanessa Luz. O Conselheiro Ulysses Gonçalves adere as palavras do Conselheiro Pery Shikida. Seguindo a pauta, o Presidente passou a palavra ao Sr. Jeferson Furlan Nazário, Presidente Nacional, e Sr. Odair Conceição, Diretor do Sindicato Nacional Das Empresas Especializadas na Prestação de Serviços em Presídios e em Unidades Socioeducativas - SEMPRES, para apresentação do panorama acerca da importância e das peculiaridades da atuação do setor privado nas unidades prisionais. Com a palavra, o Presidente do SEMPRES, Sr. Jeferson Nazário, cumprimenta a todos, em especial o Presidente Márcio Schiefler e a Diretora-Geral do DEPEN, Dra. Tânia Fogaça. Agradeceu a oportunidade de participação na reunião do Conselho. Informou que para dar início à apresentação, convidará o Sr. Odair Conceição. Com a palavra, saudou a todos, e salientou que apresentará de maneira breve a participação da iniciativa privada no sistema prisional através do sistema da cogestão. Trouxe sucinta apresentação institucional do SEMPRES, bem como o conceito de cogestão no sistema penitenciário, marcos legais da atividade de cogestão, e empresas de cogestão que atuam no Brasil. Ressaltou as vantagens da cogestão no sistema penitenciário, apresentando dados estatísticos. Elencou os principais problemas do sistema penitenciário na visão das empresas de cogestão. Apresentou contexto global das parcerias público-privadas, panorama internacional e nacional do sistema penitenciário, e a composição do preço do interno do Brasil. Por fim, elencou propostas de melhorias para o sistema penitenciário, bem como os pilares da Ressocialização. Agradeceu o espaço dado para ser ouvido e se colocou à disposição para eventuais contribuições. O Conselheiro Diego Mantovaneli ressalta que de fato existem dificuldades, principalmente quanto à construção de unidades prisionais, por falta de recursos. Externou preocupação no sentido de que as futuras PPPs sigam as políticas públicas penitenciárias. Outra preocupação é em relação as atividades de segurança, inteligência, e alocação de presos. Sugere o encaminhamento para apreciação do Conselho, de estudos e dados que tratem da diminuição de reincidência. Conselheiro Pery Shikida, indaga se o Presidente e Diretor do SEMPRES tomaram conhecimento do plano nacional de política nacional e penitenciária. Solicita, por fim, a metodologia de cálculo dos dados apresentados acerca da reincidência. Finalizado os debates, a apresentação e as discussões tratadas em plenário servirão para subsidiar estudos posteriores. Seguindo para o último item da pauta, o Presidente propôs criação do grupo de trabalho sobre a proposta da minuta de Resolução com vistas a fomentar a atuação dos Conselhos Penitenciários no planejamento e apoio à fiscalização dos recursos FUNPEN à Unidades Federativas. Foi acordado que o grupo será composta pelo Conselheiro Davi Prado, na qualidade de presidente, Conselheira Salise Sanhotene, como relatora, e como membro Conselheira Vanessa Luz. Conselheiro Davi Prado e Conselheiras Salise Sanhotene e Vanessa Luz agradecem a indicação. Após estudos da comissão, a apresentação da proposta de minuta fica agendada para a próxima reunião do Conselho. O Presidente colocou em votação a participação do Conselho na audiência pública do Supremo Tribunal Federal, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento da ordem coletiva, aprovada pelo Plenário por unanimidade. As tratativas acerca do item de pauta acerca da recomposição das comissões e grupos de trabalho ficam adiadas para próxima reunião ordinária do Conselho. Por fim, feitas as considerações finais, o Plenário fixou o dia 10 de junho do ano de 2021 para a realização da 473ª Reunião Ordinária. Para constar, lavrou-se a presente ata, que foi redigida por Isabelle Christinne Araújo Costa, Técnica em Secretariado do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

MÁRCIO SCHIEFLER FONTES  
PresidentePOLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.601, DE 10 DE JUNHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/32189 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOOK SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 18.559.912/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1094/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.602, DE 10 DE JUNHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35134 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAMBOA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 08.930.462/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1124/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.603, DE 10 DE JUNHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35361 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LOJAS RIACHUELO SA, CNPJ nº 33.200.056/0001-49, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100 (cem) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

